

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO JESUÍTICA: APRENDIZAGEM
INTEGRAL, SUJEITO E CONTEMPORANEIDADE**

SUZI MARA GOULARTE DO AMARAL

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

**Estratégias Metodológicas Potencializadoras da Aprendizagem de Crianças
com TDAH na Educação Infantil**

Florianópolis

2023

SUZI MARA GOULARTE DO AMARAL

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
Estratégias Metodológicas Potencializadoras da Aprendizagem de Crianças
com TDAH na Educação Infantil**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado, pelo Curso de Especialização em Educação Jesuítica: Aprendizagem Integral, Sujeito e Contemporaneidade da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.^a Ms. Maria Margareth Rodrigues dos Santos

Florianópolis

2023

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Estratégias Metodológicas Potenciadoras da Aprendizagem de Crianças com TDAH na Educação Infantil

Suzi Mara Goularte do Amaral^{1*}

Maria Margareth Rodrigues dos Santos^{2**}

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre estratégias metodológicas potenciadoras da aprendizagem a serem trabalhadas dentro do contexto de Educação Inclusiva, na Educação Infantil, com crianças que apresentam Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Essas estratégias propõem auxiliar no processo de aprendizagem dessas crianças, bem como promover seu desenvolvimento e possibilitar a igualdade de oportunidades. Para a realização deste trabalho foram utilizados como embasamento teórico, a pesquisa bibliográfica, a legislação, além de autores renomados que abordam o tema. A partir das informações colhidas, tornou-se possível verificar a representatividade e refletir acerca da importância da utilização de metodologias potenciadoras junto aos alunos com TDAH, uma vez que os estudos levantados mostram que, quando aplicadas, as melhorias são significativas, e os resultados positivos. As necessidades dessas crianças precisam ser superadas, e as barreiras quebradas para garantir seus direitos e favorecer sua aprendizagem. Este trabalho tem o intuito de contribuir para que essas estratégias alcancem esse objetivo e amenizem os desafios com os quais esses alunos convivem.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Aprendizagem. TDAH. Metodologias.

Abstract: This article examines methodological strategies that can be implemented in Inclusive Education settings to enhance the learning of young learners in Early Childhood Education with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). These strategies aim to support the learning process of these children, promote their development, and ensure equal opportunities. The theoretical foundation for this work is drawn from bibliographical research, legislation, and the work of renowned authors on this topic. Based on the information collected, it is clear that the use of enhancing methodologies with students with ADHD is essential, as research has shown that these strategies lead to significant improvements and positive results. The needs of these children must be addressed and barriers must be broken down in order to guarantee their rights and promote their learning. This work aims to contribute to this goal and to help reduce the challenges faced by these students.

^{1*} Graduada em Pedagogia pela Uniasselvi Florianópolis, em 2019. Pós-graduada em Educação Especial Inclusiva, pela Uniasselvi Florianópolis, em 2020. E-mail: suzimaragoularte@gmail.com.

^{2**} Orientadora Profa. Ms. em Gestão Educacional. E-mail: rethsantos@gmail.com.

Key-words: Inclusive Education. Learning. ADHD. Methodologies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 PROBLEMA DA PESQUISA.....	6
3 OBJETIVOS.....	6
3.1 Objetivo Geral.....	6
3.2 Objetivos Específicos.....	7
4 METODOLOGIA.....	7
5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	7
5.1 Conceitos.....	7
5.2 Aspectos Legais.....	12
6 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
6.1 Princípios, Objetivos e Benefícios da Educação Infantil.....	26
7 TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	28
7.1 Estratégias Metodológicas Potencializadoras da Aprendizagem de Alunos com TDAH.....	35

8 METODOLOGIA.....	47
9 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	49
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

A inclusão nas escolas é um princípio fundamental para a promoção de sociedades mais justas e equitativas. Além de beneficiar os alunos que tenham necessidades especiais ou não, também cria um ambiente enriquecedor, proporcionando a oportunidade de aprender com, e sobre diferentes culturas, perspectivas e experiências de vida. Um princípio da inclusão escolar é a universalização do acesso, ou seja, é a garantia da educação como um direito de todos (MANTOAN, 2006). Diante disso, as políticas públicas, a sociedade e a escola devem promover oportunidades igualitárias de ensino para todos os seus alunos, considerando suas diferenças e necessidades. A Educação Inclusiva não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas também enriquece a experiência educacional de todos os estudantes, propiciando a diversidade e o entendimento mútuo. Ademais, ela contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva, formando os alunos para um mundo que valoriza a diferença e promove a igualdade de oportunidades. Portanto, a Educação Inclusiva é uma modalidade contemporânea que não apenas está de acordo com a lei, como também representa um avanço importante na promoção dos direitos e da dignidade de todas as pessoas.

A escola não pode estabelecer inclusão somente pela ideia de os alunos serem iguais ou terem os mesmos direitos, mas sim, considerar suas diferenças e ver que a inclusão se destina a todos os estudantes, sejam estes com algum tipo de deficiência ou não. Dentro desse universo, a escola apresenta uma diversidade de alunos com os mais variados tipos de dificuldades de aprendizagens, em particular, os alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), os quais são o foco desta pesquisa. Segundo o DSM-5, o TDAH se classifica entre os transtornos do neurodesenvolvimento, caracterizados por dificuldades no desenvolvimento, que se manifestam precocemente e influenciam o desenvolvimento pessoal, social, acadêmico ou pessoal.

Alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) podem enfrentar desafios adicionais no ambiente escolar devido às suas dificuldades de concentração, de impulsividade e de hiperatividade. Todavia, com uma abordagem inclusiva, pautada em metodologias adaptadas e potencializadoras adequadas, é

possível ajudá-los a desenvolver habilidades, aprender de forma mais eficaz, melhorar o desempenho acadêmico e minimizar as dificuldades. (LIMA, 2019).

Em concordância com a autora, para ajudar os alunos com TDAH a superar esses desafios, é importante que pais, professores e profissionais de saúde mental trabalhem juntos. Isso pode envolver a implementação de estratégias pedagógicas específicas, a adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades individuais dos alunos e, em alguns casos, o uso de medicação sob orientação médica.

Esse trabalho tem como objetivo revisar, na literatura científica, práticas pedagógicas que possam ser utilizadas pelos professores de alunos com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), em sala de aula, para potencializar seu desempenho no processo de aprendizagem.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa com revisão em fontes bibliográficas, pelas quais se procura responder ao seguinte questionamento: No contexto de educação inclusiva, quais práticas pedagógicas potenciadoras podem ser utilizadas com os alunos portadores de TDAH, na Educação Infantil, no decorrer de seu desenvolvimento educacional para favorecer aprendizagens e minimizar dificuldades que esse transtorno traz ao aluno em seu ambiente escolar.

Dentro das estratégias metodológicas deste trabalho estão a afetividade e o lúdico, como atividades e as práticas metodológicas, os quais configuram suportes para o processo de conhecimento, bem como possibilitam uma melhoria considerável no processo de ensino e aprendizagem de crianças com TDAH, com o objetivo de melhorar, significativamente, o seu progresso.

Uma vez mencionada a finalidade deste trabalho é relevante fazer um pequeno resumo de como surgiu o interesse em desenvolvê-lo. O propósito inicial ocorreu em virtude da realização desta formação acadêmica, e qual trazia em seus módulos temáticas sobre o processo formativo e libertador, para que conseguíssemos dominar conceitualmente as dimensões e ter compreensão de determinados temas, além de desenvolver reflexão crítica sobre esses temas. Por conta disso, essa reflexão nos convida a pensar, de forma criativa e proativa, acerca do humano com sua complexidade, e nos inspira a trazer questionamentos do nosso cotidiano. Assim, o problema que despertou em mim a vontade de fazer este trabalho foi experienciar o convívio com alunos que apresentavam características do

TDAH e que passavam por dificuldades de aprendizagem e, ainda, eram chamados de desrespeitosos, desatentos ou inquietos. Nesse contexto, eclodiu uma primeira inspiração para escolher o tema da minha pesquisa, pois houve o interesse de trabalhar com essa temática em minha prática profissional e no espaço onde atuo.

Como objetivos gerais, o tema proposto despertou em mim o desejo de saber de que forma é realizado o trabalho de inclusão e, dentro desse universo, quais metodologias podem ser utilizadas com crianças da Educação Infantil, que apresentam com TDAH, para potencializar sua aprendizagem. Outra intenção é dispor desse trabalho para ajudar os alunos com os quais convivo, bem como a Instituição Escolar na qual trabalho a aplicar essas práticas.

Após traçar o objetivo principal desta investigação, iniciou-se a pesquisa sobre estratégias metodológicas potenciadoras para serem trabalhadas dentro do contexto de Educação Inclusiva, na Educação Infantil, em crianças com TDAH. Em paralelo, a pretensão é adquirir conhecimento para conseguir estabelecer estratégias que auxiliem na aprendizagem desses alunos, possibilitando-os a igualdade de oportunidades no âmbito educacional e no contexto da inclusão.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

O presente estudo é pautado nas estratégias que favorecem o processo de aprendizagem de crianças da Educação Infantil que apresentam TDAH. Após essa afirmativa, busca-se responder ao seguinte questionamento: De que forma, em uma perspectiva da Educação Inclusiva, deve acontecer a mediação, por parte do professor, no processo de aprendizagem de crianças com TDAH?

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar abordagens pedagógicas que beneficiem o desenvolvimento educacional de crianças na fase da Educação Infantil, as quais apresentam Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, conhecido como TDAH.

3.2 Objetivos específicos

- 1 - Revisar os princípios da Educação Inclusiva e da Educação Infantil;
- 2 – Compreender o perfil de crianças com TDAH;
- 3 - Identificar estratégias que promovam a aprendizagem de crianças com TDAH;
- 4 - Contribuir para o aprimoramento da mediação da aprendizagem de crianças com TDAH.

4 METODOLOGIA

O método empregado na realização deste trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica que aborda os princípios da Educação Inclusiva, da Educação Infantil e do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. O plano é identificar e analisar estratégias que promovam o processo de aprendizagem de crianças, no contexto da Educação Infantil, que apresentam TDAH. Esta abordagem foi escolhida devido à sua capacidade de fornecer um contato direto com os princípios - objeto de aprofundamento neste estudo, contribuindo de forma eficaz para o alcance da ideia proposta.

5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.1 Conceitos

A Educação Inclusiva traz o conceito fundamental que visa proporcionar oportunidades educacionais igualitárias para todos os alunos, independentemente de suas diferenças, habilidades, necessidades especiais ou características individuais. E intenção é criar um ambiente educacional diversificado, onde todos os alunos possam aprender juntos e se beneficiar de uma educação de qualidade. Para Mantoan (2003, p. 28), “as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”.

Nesse contexto, a principal ideia por trás da Educação Inclusiva é que os alunos com necessidades especiais ou deficiências devem ser integrados em salas de aula regulares, ao invés de serem segregados em aulas ou escolas separadas. Essa abordagem visa criar um ambiente de aprendizado mais diversificado e enriquecedor, no qual todos os alunos aprendem juntos, valorizando as diferenças individuais e promovendo a tolerância e o respeito. Carvalho (2000), por sua vez, defende a inclusão responsável, concebendo-a como uma metodologia, direito à igualdade com equidade de oportunidades. A autora reafirma a importância de uma organização das práticas que devem ser trabalhadas, bem como formas de assegurar direitos adquiridos.

Ao se falar em Educação Inclusiva não se pode deixar de mencionar a Educação Especial, que sendo uma modalidade de ensino, favorece a esta primeira os caminhos a serem percorridos. A Educação Especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes; e a Educação Inclusiva começou a ganhar força a partir dos seguintes feitos: a Declaração de Salamanca (1994), a aprovação da Constituição Federal de 1988, e a implantação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Esse conjunto de fatores ajudou a expandir o conceito de necessidades educativas especiais para todo aquele que precisasse da adaptação da escola com o condão de que suas necessidades fossem atendidas. Consoante Mantoan (2003), as políticas educacionais que assumem uma preferência pela inclusão asseguram um atendimento para todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até a Universidade, pelo fato de ser a escola o ambiente mais apropriado para assegurar o relacionamento entre alunos da mesma idade cronológica, com ou sem deficiência. E, caso se faça o contrário, haverá o rompimento de qualquer ação discriminatória e de todo tipo de interação que possa favorecer o desenvolvimento social, motor, afetivo e cognitivo dos alunos. Logo, a Educação Inclusiva nos lembra que não apenas os alunos com deficiência têm sofrido dificuldades de inserção nos espaços escolares. É a partir desse Marco que a Educação Inclusiva vai se popularizando, partindo da Educação Especial, mas vislumbrando uma nova concepção de Educação: a escola precisa incluir não apenas os “especiais”, mas sim todos os alunos.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Escola Inclusiva pode ser entendida como aquela que garante a qualidade de Ensino Educacional a cada

um de seus alunos, reconhece e respeita a diversidade, e responde a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. Ainda, segundo o portal, Escola Inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita sua potencialidade, sua diversidade, sua necessidade, garantindo-lhe qualidade pedagógica. Para que uma escola se torne inclusiva, é imprescindível contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional, sendo eles: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

Verifica-se aqui, que além da parceria entre as pessoas que estão inseridas nesse universo, o conjunto de práticas e políticas educacionais que visa garantir a todos os alunos, independentemente de suas características pessoais. Para isso, o acesso à educação de qualidade, bem como a integração à comunidade escolar são elementos necessários, melhor dizendo, a junção dos protagonistas e as práticas visam eliminar a discriminação, promover a igualdade de oportunidades e criar ambientes que valorizem a diversidade. Para tanto, as propostas educacionais inclusivas exigem uma atenção constante dos professores para que não seja ferido o direito de todos os alunos ao ensino escolar comum (MANTOAN, 2006).

Na defesa da Educação Inclusiva, Werneck enfatiza a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A autora expõe que a inclusão vem “quebrar barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmatizados” (1997, p. 45). Observa-se, neste momento, que há carência de uma conscientização social para acabar com o preconceito estabelecido e assegurar igualdade entre todos, de modo a não depender de suas deficiências ou necessidades.

“Independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”, todos devem ser recebidos em todas as escolas (item 3, Declaração de Salamanca). Com base nessa afirmação, entende-se que a inclusão na Educação Infantil objetiva garantir que todas as crianças,

independentemente de suas habilidades, origens étnicas, necessidades socioeconômicas ou especiais, tenham acesso e participem plenamente do ambiente educacional na fase inicial da escolaridade.

Ao propor a construção de um ambiente inclusivo na Educação Infantil, expande-se a atenção para além das crianças e enfatiza-se a importância da inclusão de todos aqueles que participam do contexto educacional (Sekkel, 2003). Estar incluído não é apenas estar presente; é também ter suas necessidades percebidas e acolhidas pelos outros; é trabalhar em um ambiente permeado pela confiança, pelo cuidado e pela reflexão. Ademais, é buscar construir um espaço em que a diferença pode existir, mas isso não significa negar nossas dificuldades de relacionamento com os outros e com os nossos preconceitos. Pelo contrário, é admitir que esses sentimentos estão presentes, de modo que se consiga refletir sobre suas origens e as formas de superá-los (SEKKEL, 2003). Como diz o autor, o fato de estar incluído não se limita a estar fisicamente presente em um ambiente, mas sim, implica que as necessidades das pessoas sejam percebidas e acolhidas pelos outros ao seu redor. Nesse sentido, nota-se que a inclusão verdadeira ocorre quando todos trabalham juntos em um ambiente caracterizado pela confiança, pelo cuidado e pela reflexão. Isso significa criar um espaço onde as diferenças possam ser respeitadas e valorizadas, e não negar as dificuldades de relacionamento ou os preconceitos que possam existir.

Vive-se em uma sociedade na qual todos necessitam uns dos outros em vários contextos. Diante desta perspectiva, Georg Simmel (*apud* Gadea, 2022) retrata que a sociedade é produto das interações entre os indivíduos (concebidos como atores sociais). No entanto, muitos são os desafios, sendo eles: o direito à educação com qualidade, à igualdade e à inclusão escolar.

Para Mantoan (2003), “incluir é dividir o espaço, é conviver, é estar junto, é se aglomerar com pessoas que não conhecemos, é estar com, é interagir com o outro”. Desse modo, a educação e a inclusão tornam-se desafios para além da universalidade do acesso.

Comungando com a afirmativa da autora, considera-se importante registrar que em meu contexto escolar defende-se a ideia da convivência e do desenvolvimento dos alunos de maneira integralizada e igualitária, respeitando as diferenças entre os indivíduos. Vive-se e compartilha-se a casa comum, que é nosso

planeta. Por conta disso, é preciso interagir e nos ajudar mutuamente, e esse conjunto de atitudes possibilita essa transformação. O tema proposto neste estudo surgiu da necessidade de entender como é visto e realizado o trabalho sobre “Inclusão” no ambiente onde eu atuo, e utilizar as pesquisas e os conhecimentos adquiridos para melhor realizar atividades e práticas. Além do mais, estabelecer atitudes cuja intenção é a de ajudar os alunos que se encontram inseridos nesse contexto e, conseqüentemente, a instituição. Indo de encontro à filosofia da casa comum, a cidadania global e a formação integral constituem grandes possibilidades de atuar e ajudar nesse propósito, e a Educação Jesuíta é exemplo disso.

No que tange à Educação Jesuíta, o Projeto Educativo Comum (2021) menciona que a “Educação Inclusiva é uma preocupação mundial que impulsiona uma busca constante para torná-la uma realidade cada vez mais frequente, ancorada na garantia de direitos, a partir de uma vasta legislação específica que evidencia, entre outros aspectos, a diversidade como um fator essencial para a transformação da escola”.

Ainda sobre o assunto, ressalta-se que a Educação Jesuíta, segundo o PEC, afirma que a pedagogia inaciana tem como preocupação os desafios do tempo presente relacionados à inclusão. Nessa conjuntura, o Projeto Político Pedagógico (2021) beneficia a educação da pessoa com deficiência, conforme legislação em vigor (Lei n.º 13.146/2015, Lei n.º 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação e o Decreto n.º 9.465/2019), como modalidade da educação escolar. Também orienta o atendimento e o acompanhamento educacional de estudantes com deficiências e dificuldades para integrá-los à classe comum e garantir-lhes o pleno acesso ao currículo regular básico, sempre em condições de isonomia e com vistas à conquista e ao exercício da autonomia. Inclusive, promove um trabalho voltado para a formação integral e uma proposta de educação inclusiva para o compartilhamento de vivência e métodos, estimulando um espírito auxiliador e acessível ao novo e ao próximo, assumindo a missão de formar homens e mulheres conscientes, competentes, compassivos e comprometidos. Assim, é clara a preocupação de transformar nossos espaços educativos em verdadeiros centros de aprendizagem e de formação de qualidade integral, em outras palavras, a identidade inaciana de amar e servir. Os colégios da rede Jesuíta de Educação entendem a inclusão como a garantia das condições de aprendizagem para todos os alunos, mas esse

compromisso com a inclusão está aliado à responsabilidade do educador, da família, e dos profissionais que os acompanham. Entende-se como um benefício o ato de abordar essa temática e fazer a conexão da proposta inclusiva com a questão inclusiva dentro da nossa comunidade escolar. Então, para que se efetive uma educação inclusiva e integral, ações que vão além do papel e que possam ajudar aqueles que dela necessitam são essenciais.

5.2 Aspectos Legais

As leis de garantia dos direitos para pessoas com deficiências, também conhecidas como leis de inclusão ou legislação de acessibilidade, oscilam de país para país, mas geralmente têm como objetivo assegurar a igualdade de oportunidades e a plena participação, na sociedade, das pessoas com deficiência.

A Lei n.º 12.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), promulgada em 6 de julho de 2015, desempenha um papel fundamental nesse contexto. Ela reforça a importância da inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional, garantindo-lhes o direito à educação de qualidade nas escolas regulares. A referida Lei determina que a Educação Inclusiva deve ser assegurada, e isso significa que as escolas têm a responsabilidade de criar ambientes adequados e práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos.

A legislação sobre o aspecto da Educação Inclusiva compete às leis, aos regulamentos e às políticas que almejam o acesso justo à educação para todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, origens étnicas, socioeconômicas, culturais ou de qualquer outra característica. De acordo com Floriani (2017), a legislação acompanhou o processo de evolução na garantia de vida e de qualidade para as pessoas com necessidades especiais. À vista disso, percebe-se que a colocação da autora é comprovada por intermédio das leis existentes em nossa sociedade e, que com o passar do tempo, vão se modificando. Percebe-se essa evolução no decorrer da história, mesmo que lenta, mas está presente. As leis que defendem a Educação Inclusiva, buscando eliminar qualquer tipo de percepção, de preconceito ou de barreira que possa impedir o acesso e a participação plena de estudantes com deficiências, com dificuldades de

aprendizagem, com transtornos do espectro autista, com déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), além de outras condições especiais, também regulam e valorizam a diversidade dos alunos, procurando eliminar obstáculos que possam impedir a participação plena e significativa de todos no sistema educacional, garantindo-lhes a inteireza dos seus direitos.

Cada nação pode ter sua própria legislação específica para a inclusão educacional e para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, ou com outros transtornos globais do desenvolvimento. Para tanto, é importante que as escolas, os professores e a sociedade em geral estejam cientes dessas leis e trabalhem para manter a efetiva implementação delas, na Educação Inclusiva, proporcionando igualdade e oportunidades a todos os estudantes.

No contexto internacional, muitos países têm adotado medidas legais para promover a educação inclusiva e salvaguardar os direitos educacionais dessas pessoas. Evidencia-se, assim, que os documentos que orientam as políticas públicas relacionadas às necessidades especiais são relativamente recentes (Floriani 2017 p.19). É perceptível, por conseguinte, o envolvimento de nações com propósitos de criar e fazer valer os direitos das pessoas com deficiências ou necessidades especiais, mas acima de tudo, garantir o direito à educação e à vida para todos. Porém, é relevante notar que, apesar dos esforços e dos progressos realizados, ainda há muitos desafios que precisam ser enfrentados para a concretização de uma educação universal de qualidade, quais sejam: a falta de recursos adequados, as desigualdades persistentes e os problemas complexos em contextos de conflito e de pobreza.

Floriani (2017), assevera que, dentro de uma cronologia histórica, alguns dos documentos internacionais elaborados a partir do contexto de inclusão tendem a garantir determinados direitos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH): Este documento foi um marco significativo na história dos direitos humanos. Elaborada pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a DUDH foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, em Paris. O referido documento é composto por 30 artigos, os quais estabelecem os direitos fundamentais que todos os seres humanos devem ter, independentemente de sua origem, raça, gênero, religião, orientação sexual ou quaisquer outras características.

Embora a DUDH não tenha abordado explicitamente as necessidades especiais, houve subsequentemente esforços e tratados internacionais que buscaram preencher essa lacuna e assegurar a proteção e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Declaração de Jomtien: Resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990, na cidade de Jomtien, na Tailândia. Essa Conferência reuniu representantes de diversos países, de organizações internacionais e não governamentais, com o objetivo de discutir estratégias para garantir o acesso à educação básica para todos os cidadãos do mundo. Além disso, firmou um compromisso global em relação à educação, reconhecendo-a como um direito fundamental de todos e um meio essencial para alcançar o desenvolvimento humano sustentável. O documento enfatiza, também, que a educação não se trata apenas de adquirir conhecimento, mas também de promover a compreensão mútua, a tolerância, os valores culturais e a paz.

Declaração de Salamanca: Realizada em Salamanca, no mês de junho de 1994, essa Declaração é um documento importante no campo da Educação Inclusiva e foi adotada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. A Conferência foi organizada pela UNESCO, em parceria com o governo espanhol, e reuniu representantes de diversos países e de organizações com o intuito de discutir formas de promover a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional (FLORIANI, 2017). A referida Declaração ressaltou a importância de garantir o acesso à educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças e de suas necessidades. O documento também reconhece a diversidade dos alunos e destaca a indispensabilidade de adaptar o ensino para atender a essas diferenças, em vez de excluir ou segregar os alunos com necessidades especiais. Ademais, a Declaração enfatiza o papel fundamental da escola regular como o meio mais eficaz de alcançar a inclusão e a igualdade educacional.

Declaração de Guatemala: Referência à Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como a Convenção de Guatemala, adotada em 8 de junho de 1999, durante a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada na cidade da Guatemala. Essa Convenção teve como

objetivo promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, sem discriminação. Ela reconhece que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos que todas as outras pessoas, e que a discriminação com base na deficiência é inaceitável. A Convenção de Guatemala delinea uma série de compromissos e princípios para os estados participantes (países da região das Américas) com relação à promoção da igualdade de oportunidades, à participação plena e efetiva na sociedade, à acessibilidade, à educação inclusiva, à saúde, ao trabalho e ao emprego, entre outros.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD): Segundo Moreira (2013), a CDPD foi um Tratado Internacional adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 13 de dezembro de 2006, que entrou em vigor em 3 de maio de 2008, após ser ratificada por um número suficiente de países. A CDPD é um marco significativo no campo dos direitos humanos, cuja finalidade é a de garantir que as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos fundamentais que todas as outras pessoas. Ela reconhece que as pessoas com deficiência têm o direito de viver com dignidade, com autonomia, com independência e com plena participação na sociedade. A Convenção busca eliminar a discriminação e as barreiras que frequentemente limitam a participação das pessoas com deficiência em várias áreas da vida.

É fundamental destacar que as Declarações Internacionais desempenham um papel crucial na formulação de leis e políticas de diversos países, incluindo o Brasil. Essas Declarações servem como uma espécie de referência e fonte de inspiração para os legisladores e para as autoridades brasileiras quando estão desenvolvendo ou revisando sua legislação. Esses documentos fornecem um conjunto de valores, de normas e de metas pelas quais os países podem adaptar às suas necessidades específicas, levando em consideração sua situação, cultura e história.

Visto o panorama internacional, volta-se a atenção para o cenário nacional. Evidencia-se, então, que o primeiro marco da Educação Especial no Brasil remonta ao Período Imperial, especificamente em 1854. Neste ano, Dom Pedro II, influenciado pelo Ministro do Império, Couto Ferraz, ficou admirado com o trabalho realizado por José Álvares de Azevedo, um jovem cego, que com sucesso educou a filha do médico da família imperial, Dr. Sigaud. Tal feito contribuiu para a criação do

Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que em 1891 recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant (IBC). O IBC continua a desempenhar um papel primordial na promoção da educação e inclusão ao longo dos anos, contribuindo para o desenvolvimento da Educação Especial no Brasil, sendo um símbolo do engajamento contínuo dessa proposta. Salienta-se, ainda, que a década de 1930 foi marcada por várias mudanças na percepção e no tratamento das deficiências (MOREIRA 2013).

Gadelha *et al.* (2022), mencionam que a história das pessoas com deficiência no Brasil, assim como em muitos outros lugares ao redor do mundo, é marcada por um longo período de discriminação e de exclusão. Durante séculos, essas pessoas foram frequentemente marginalizadas, estigmatizadas e consideradas como inválidas ou doentes. Até o final do século XIX e início do século XX, as atitudes predominantes relacionadas às pessoas com deficiência eram frequentemente baseadas em estereótipos específicos e na desinformação, e confinadas em instituições segregadas. Felizmente, ao longo do tempo, houve avanços na compreensão sobre as pessoas com deficiência. Ressalta-se, ainda, que movimentos sociais e ativistas têm papel fundamental na luta pelos direitos e pela inclusão dessas pessoas na sociedade.

No Brasil, diversas leis e políticas relacionadas à inclusão de diferentes grupos na sociedade foram implementadas para promover os direitos das pessoas com deficiência. Um dos marcos mais importantes foi a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146/2015. Esta legislação estabelece uma série de direitos e garantias para pessoas com deficiência, abrangendo áreas como educação, saúde, trabalho, acessibilidade e inclusão social. Ela constitui um marco na regulamentação dos direitos e garantias desta população (GADELHA *et al.* 2022).

Conforme Cavalcante (2006, s.p.), será desenvolvida uma síntese de alguns documentos importantes que nortearam as ações para garantir os direitos das pessoas com deficiência no Brasil:

Constituição Federal de 1988: A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante ao estabelecer, em seu artigo 23, a competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação de políticas de atendimento às pessoas com deficiência. A Carta Magna inclui disposições que garantem o direito à educação para todos os cidadãos, independentemente de suas

deficiências ou necessidades especiais. O artigo 205 da Lei Maior reconhece a educação como direito fundamental de todos e dever do Estado. Assim sendo, comulgamos com Cavalcante (2006), quando afirma que a Constituição pressupõe o desenvolvimento integral dos cidadãos sem discriminação quanto à origem, à raça, ao sexo, à cor, à idade e a qualquer outra forma de preconceito, garantindo direito à escola para todos e dispondo como princípio educacional o acesso aos níveis mais elevados do ensino, tanto da criação artística quanto da pesquisa, consoante a capacidade de cada um.

Lei n.º 7.853/1989 de 1989: Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público seja ele privado. É ilegal e passível de proteção qualquer ação que viole o direito previsto nessa Lei Cavalcante (2006). Em concordância com a autora, entende-se que, a Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989, trata dos direitos das pessoas com deficiência e estabelece uma série de medidas para salvaguardar a integração e a participação plena dessas pessoas na sociedade. Verifica-se que a medida visa restringir a discriminação e garantir que as pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades na educação.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990: O ECA (1990), prevê em seu artigo 3º que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata este dispositivo, assegurando-lhes por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Complementa, ainda, que os direitos enunciados na Lei n.º 8.069/1990 aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. Para Cavalcante (2006), o ECA garante direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito (também aos que não tiverem acesso a ele na idade própria); o respeito dos educadores; e o atendimento educacional

especializado, preferencialmente na rede regular. Após essas considerações, seguem algumas prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente que merecem destaque: a) promove o direito de crianças e de adolescentes frequentarem a escola e receberem educação, independentemente de sua origem, raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, condição econômica, característica pessoal ou deficiência; b) afirma que o Ensino Fundamental é considerado obrigatório e gratuito e tal obrigação se estende, inclusive, aos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade própria; c) estabelece que os educadores devem respeitar as crianças e os adolescentes, proporcionando-lhes um ambiente educacional seguro, saudável e livre de violência e de discriminação; d) ofertar atendimento especializado para aqueles que têm necessidades especiais, com o intuito de incentivar a inclusão, preferencialmente dos que fazem parte da rede regular de ensino.

Leis n.º 10.048 e n.º 10.098 de 2000: A primeira garante, nos locais públicos, atendimento prioritário às pessoas com deficiência. A segunda estabelece normas sobre a acessibilidade física (CAVALCANTE, 2006). Em concordância com a autora é relevante ressaltar que a Lei n.º 10.048 e a Lei n.º 10.098 são significativos marcos legais no Brasil que tratam da acessibilidade e da assistência preferencial, em espaços coletivos, para pessoas com deficiência. Destaca-se que essas Normas desempenham papel fundamental na promoção da inclusão e na garantia de direitos.

Decreto n.º 3956 de 2001 (Convenção da Guatemala): Cavalcante (2006), assevera que o Decreto nº 3956, põe fim às interpretações confusas da LDB, deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência. O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano, e a privação das pessoas em idade escolar, quando mantidas unicamente em escolas ou classes especiais, fere a Convenção, bem como a Constituição Federal de 1988.

Acompanha-se a autora quando esta menciona a relevância do Decreto n.º 3.956 e sua importância em esclarecer a interpretação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no que diz respeito à igualdade de tratamento para pessoas com deficiência. O referido Decreto torna claro que é proibido discriminar, com base na deficiência, quando se trata do acesso ao Ensino Fundamental. Além disso, sugere que a manutenção exclusiva de pessoas em idade escolar nas escolas

ou classes especiais viola a Convenção e a Constituição. Por essa razão, tal informação destaca a relevância do acesso igualitário à educação para todas as pessoas, apesar de suas capacidades ou deficiências, de acordo com a legislação brasileira. Importante ressaltar que é um movimento considerável na direção à inclusão e à garantia dos direitos educacionais para todos os cidadãos.

Lei n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ou LDB: É a legislação brasileira que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A modalidade de Educação Especial está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996) e tem como público-alvo educandos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, sendo transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Em seu artigo 58, a Norma determina que "o sistema educacional brasileiro deve assegurar a inclusão escolar dos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Determina, também, diversos aspectos relacionados à educação, desde a organização dos sistemas de ensino até a definição das competências e responsabilidades das instituições educacionais. A LDBEN estabelece princípios fundamentais para a educação no Brasil, como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, a valorização dos profissionais da educação, entre outros. Dentre os tópicos abordados pela Lei n.º 9394/1996, estão: estrutura e organização dos sistemas de ensino, currículo, avaliação educacional, formação de professores, financiamento da educação, gestão democrática e educação a distância.

O direito à educação é amparado pela Política Nacional de Educação (PNE), independente de gênero, etnia, idade ou classe social. É um grande desafio à garantia de educação para todos, pois a inclusão de pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação em escolas comuns, de ensino regular, ampara-se na Constituição Federal de 1988, e qual define no artigo 205: "a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", e garante, no artigo 208, o direito ao "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência" (BRASIL, 1988).

Abaixo, seguem algumas outras leis que regulamentam a questão da Educação Inclusiva no Brasil (todos pela educação, 2020):

Política Nacional de Educação Especial - 2008: Esta política visa garantir o direito à educação para alunos com deficiência e traça diretrizes para a organização de serviços de Educação Especial no sistema regular de ensino.

Decreto n.º 6.949/2009: O Brasil ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (UNCRPD) por meio deste Decreto. Reafirma o compromisso de promover a Educação Inclusiva e proteger os direitos das pessoas com deficiência.

Plano Nacional de Educação (PNE, Lei n.º 13.005/2014): O PNE estabelece metas e diretrizes educacionais para o país em um período de dez anos. Inclui, também, metas específicas relacionadas à Educação Inclusiva e à integração de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Lei n.º 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência: Esta lei visa promover a inclusão e a participação plena da pessoa com deficiência na sociedade, sobretudo na educação. Abrange uma ampla gama de áreas, englobando a acessibilidade, a não discriminação e os direitos educacionais.

Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial - 2001: Estes parâmetros fornecem diretrizes para a organização do currículo de alunos com deficiência, promovendo seu acesso à educação e às oportunidades adequadas de aprendizagem.

Lei n.º 14.254, de 30 de novembro de 2021:

Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro Transtorno de Aprendizagem.

Ainda, ao se falar sobre os benefícios trazidos pela Lei, especialmente sobre os estudantes com TDAH, em 2021 foi criado o Projeto de Lei n.º 2630/21, de

autoria do Deputado Fábio Abreu (PL-PI). O Projeto cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TDAH e, conforme a proposta, para todos os efeitos legais, quem apresenta TDAH é considerado pessoa com deficiência (BRASIL, 2021).

De acordo com o Projeto, são exemplos de diretrizes da política nacional: a intersetorialidade no cuidado à pessoa com TDAH; a participação de pessoas com TDAH na formulação, execução e avaliação de políticas públicas; a atenção integral à saúde da pessoa com TDAH, objetivando o diagnóstico precoce; o atendimento multiprofissional e o acesso ao tratamento, conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas publicadas pela autoridade competente; o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com TDAH; o estímulo à educação em ambiente inclusivo, com a utilização de recursos pedagógicos especiais, sempre que necessário; a inserção da pessoa com TDAH no mercado de trabalho formal, observadas as especificidades da deficiência; a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; e o estímulo à pesquisa científica (BRASIL, 2021).

A proposta trabalha também com os direitos da pessoa com TDAH, sendo eles: à vida digna, à integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, à segurança e ao lazer; à proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; ao acesso a ações e serviços de saúde, conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas publicadas pela autoridade competente; à educação e ao ensino profissionalizante; ao emprego adequado à sua condição; à moradia, inclusive em residência protegida; à previdência e à assistência social. Ainda, consoante o Projeto, a pessoa com TDAH não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde, em virtude de sua condição de pessoa com deficiência.

Além disso, vale destacar que, o dirigente do estabelecimento de ensino que recusar a matrícula de aluno com TDAH será punido com multa de 3 a 20 salários mínimos.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência, se for servidor público, perderá o cargo se comprovada a ocorrência do fato em Processo Administrativo Disciplinar (PAD) (BRASIL, 2021).

Diante disso, a escola deve possibilitar reais oportunidades de igualdade no ensino para todos os alunos, dispondo da flexibilidade nas práticas de ensino, atentando-se ao estilo de cada aprendiz. Ademais, otimizar a busca de novas alternativas e adaptações as quais facilitarão no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo considerando-se que a inclusão constitui um grande desafio para as escolas regulares, que precisam levar em conta a diversidade e as características e necessidades dos alunos (CARVALHO RE, 2000).

É importante observar que, mesmo com uma legislação robusta, a implementação da Educação Inclusiva no Brasil ainda enfrenta desafios, mas as leis ajudam a priorizar esse público garantindo seus direitos.

Diante de tudo que foi estudado sobre leis que promovem direitos às pessoas com alguma deficiência, em particular os que têm TDAH, foco deste trabalho, percebe-se que apesar dos progressos, ainda há muito a ser feito para garantir a plena inclusão e participação das pessoas com deficiência na sociedade brasileira. E isso inclui a necessidade contínua de conscientização, de aprimoramento da acessibilidade, de adaptação de espaços públicos e privados, além da promoção de oportunidades igualitárias em todos os aspectos da vida cotidiana. A história das pessoas com deficiência no Brasil e em todo o mundo é uma narrativa de resiliência, de luta e de superação de desafios, e é fundamental continuar trabalhando em prol de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Todos os marcos históricos que foram apresentados destacam o comprometimento do Brasil com a Educação Inclusiva e o de proporcionar oportunidades educacionais para todos.

6 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é uma etapa fundamental na formação, dentro do sistema educacional, voltada para crianças de zero a cinco anos de idade. Essa fase é essencial para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico das crianças, pois as prepara para enfrentar os desafios futuros na escola e na vida, levando em consideração suas características e necessidades individuais. No decorrer da Educação Infantil é necessário que os alunos desenvolvam as competências gerais da Educação Básica, e qual objetiva garantir, como consequência do seu processo

de desenvolvimento e aprendizagem, uma formação humana integral que intencione a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Nesse período da Educação Básica e em conformidade com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeiras), devem ser assegurados seis (6) direitos (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se), de aprendizagem e desenvolvimento, possibilitando condições de aprendizado e de desenvolvimento a essas crianças. Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para as crianças aprenderem em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que trazem desafios. Logo, elas vão se sentir provocadas a resolvê-los, e conseguirão construir significados sobre si, sobre os outros e sobre o mundo social e natural (BNCC, 2017).

Abaixo, elencam-se quais os direitos de aprendizagem propostos pela BNCC, a saber:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com muitos parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como: a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Evidencia-se, portanto, que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) garante o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade, tornando essa prerrogativa dever do Estado. Posteriormente, com a promulgação da LDB, em 1996, a Educação Infantil passa a ser parte integrante da Educação Básica, situando-se no mesmo patamar que o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E a partir da modificação introduzida na LDB, em 2006, a CF/88 antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os 6 anos de idade, e a Educação Infantil passou a atender a faixa etária de zero a 5 anos.

É primordial que a Educação Infantil seja vista como um direito de todas as crianças, porquanto é nessa fase que os alicerces para a aprendizagem, ao longo da vida, são construídos. Um ensino de qualidade na primeira infância pode ser fundamental para o desenvolvimento pleno das crianças. Para tanto, profissionais da Educação Infantil, como educadores, pedagogos e profissionais de gestão, desempenham um papel fundamental ao planejar e implementar atividades educativas adequadas à idade das crianças, garantindo-lhes um ambiente seguro e estimulante. Essas ações vão muito além de, simplesmente, determinar quais conteúdos devem ser ensinados em cada período, é preciso também promover o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais, valores e atitudes adequadas para que os estudantes se tornem cidadãos plenos e preparados para a vida em sociedade. Professores capacitados, estrutura adequada e materiais pedagógicos apropriados são fatores que influenciarão no sucesso dessa etapa educacional. Além disso, políticas públicas que promovem o acesso universal a uma Educação Infantil de qualidade são essenciais para garantir um futuro mais promissor para as crianças e para a sociedade. A família também tem responsabilidade nesta fase, já que o ambiente familiar influencia diretamente no desenvolvimento da criança

(DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 2010).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma ferramenta importante nesse contexto, especialmente no Brasil. Ela serve como um guia que orienta a Educação Básica, estabelecendo padrões de aprendizado e conhecimentos essenciais que devem ser assegurados a todos os estudantes e em todas as regiões do país. A BNCC define competências e habilidades que os alunos devem adquirir ao longo de sua jornada educacional, abrangendo não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também aspectos relacionados ao desenvolvimento pessoal e social. Além disso, a BNCC visa promover a equidade na educação, garantindo que todos os brasileiros tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem geográfica ou social, para que os professores e os gestores escolares possam planejar aulas e programas de ensino de forma mais consistente e específica com as necessidades dos estudantes e com os objetivos educacionais do país. Por conseguinte, a BNCC tem representatividade fundamental na gestão pedagógica e na promoção de uma educação que vai além do ensino de conteúdos, abordando aspectos essenciais para a formação integral dos estudantes e sua preparação para a cidadania ativa.

Como mencionado, a BNCC define dez competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes, ao longo da Educação Básica, e apresenta competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos); habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais); atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC 2017). De acordo com o documento, o desenvolvimento dessas competências é essencial para assegurar os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica. Conforme o que está descrito na Base Nacional Comum Curricular, essas 10 competências, incluem: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; senso estético e repertório cultural; comunicação; cultura digital; autogestão; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação e autonomia. Essas habilidades representam fatores fundamentais a serem trabalhados para oportunizar aos alunos sua preparação para a cidadania ativa e para o mundo do trabalho, bem como orientar o currículo escolar e as

práticas pedagógicas, impulsionar o desenvolvimento integral desses alunos e sua preparação para os desafios do século XXI.

6.1 Princípios, Objetivos e Benefícios da Educação Infantil

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), estabelecem que as propostas pedagógicas devem respeitar os princípios: éticos, políticos e estéticos. Advindo dos princípios éticos vêm a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; dos princípios políticos surgem os direitos de cidadania, o exercício da criticidade e o respeito à ordem democrática e, por fim, formam-se os princípios estéticos, dos quais despontam a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e a liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Dentro dos objetivos da proposta pedagógica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam que as instituições de Educação Infantil devem ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. Também ressalta que, para a efetivação de seus objetivos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo; a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança; a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização; o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade; o reconhecimento das especificidades etárias, das singularidades individuais e coletivas das crianças, promovendo interações entre crianças de mesma idade e crianças de diferentes idades; os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços

internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição; a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação e a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América, (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, 2010). Nesse contexto, além dos direitos estabelecidos, percebe-se uma movimentação na estrutura pedagógica para promover, nos pequenos estudantes, o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional, além de fomentar a exploração, as descobertas e a experimentação.

Na fase da Educação Infantil, as crianças começam a interagir com pessoas de fora do seu círculo familiar e comunitário, bem como com outras crianças. Nessa interação, surge o contato com a diversidade, que deixa o ambiente escolar mais desafiador, fazendo com que o professor trabalhe com os alunos de forma a eliminar preconceitos e oportunizar à criança a realização pessoal da qual necessita, além de apoio e de reconhecimento em suas particularidades (MELO, 2011). A autora menciona ainda que paradigmas precisam ser quebrados para que os alunos sejam ativos e participantes no processo educativo, sendo protagonistas do próprio saber. A inclusão se caracteriza por sugerir uma escola para todos e se torna favorável quando todos os alunos estão incluídos, independente de suas habilidades ou dificuldades. A diversidade se apresenta de variadas formas e em inúmeros contextos no âmbito escolar, pois promove o respeito à diversidade, ressalta a importância do convívio e da aprendizagem em um ambiente inclusivo, e garante o sucesso da inclusão na Educação Infantil.

A Educação Infantil trabalha com crianças em um estágio crucial de desenvolvimento, e é importante que os docentes abordem os transtornos que podem afetar essas crianças, de maneira sensível e eficaz. Existem vários transtornos que podem se manifestar na primeira infância, e que prejudicam o desenvolvimento infantil, entre eles: TDAH — Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade; TEA — Transtorno do Espectro Autista; Distúrbios de Aprendizagem, como Dislexia. O TDAH, por exemplo, pode ser notado em várias fases do desenvolvimento da criança, pois vai desde a infância até a fase adulta. Em sala de

aula, no momento de atender alunos com TDAH, os professores enfrentam dificuldades por não saberem lidar com esses estudantes. Em sua grande maioria, esses profissionais não têm formação voltada para a diversidade, e são poucos os professores capacitados para conduzir alunos com essa condição. Por essa razão, faz-se necessário encontrar maneiras de ajudar os alunos dentro e fora do espaço escolar para que possam ter oportunidades de desenvolver suas habilidades. Constata-se então, a necessidade de promover a inclusão de alunos com TDAH; capacitar professores para identificar possíveis sinais do distúrbio nos educandos e auxiliá-los em seu tratamento; oferecer apoio e proteção; adaptar o ambiente educacional; bem como fazer uso de estratégias adequadas ao perfil e à realidade dessas crianças com o intuito de potencializar seu desenvolvimento (SOARES, 2022).

Conclui-se que, quanto mais cedo garantir suporte às crianças com TDAH, melhor será para seu desenvolvimento.

7 TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Para a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), o Transtorno por Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), trata-se de problema neurobiológico do desenvolvimento, de causas genéticas, e se caracteriza por dificuldades no controle da atenção, na impulsividade e na hiperatividade. É um dos transtornos neuropsiquiátricos mais comuns na infância e pode continuar na vida adulta, em alguns casos. Barkley (2002), afirma que o TDAH é um transtorno do desenvolvimento do autocontrole que consiste em problemas com os períodos de atenção, o controle do impulso e o nível de atividade. A criança com esse transtorno apresenta dificuldades de controlar as emoções e o próprio comportamento.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 5ªed. 2014), apresenta que a característica essencial do transtorno de déficit de atenção/hiperatividade é um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento. A desatenção manifesta-se comportamentalmente no TDAH como divagação em tarefas, falta de persistência, dificuldade de manter o foco e desorganização – e não

constitui consequência de desafio ou falta de compreensão. A hiperatividade refere-se à atividade motora excessiva (como uma criança que corre por tudo) quando não apropriado ou remexer, batucar ou conversar em excesso. Nos adultos, a hiperatividade pode se manifestar como inquietude extrema ou esgotamento dos outros com sua atividade. A impulsividade refere-se a ações precipitadas que ocorrem no momento sem premeditação e com elevado potencial para dano à pessoa, por exemplo, atravessar uma rua sem olhar; e pode ser reflexo de um desejo de recompensas imediatas ou de incapacidade de postergar a gratificação. Comportamentos impulsivos podem se manifestar com intromissão social, por exemplo, interromper os outros em excesso e/ou tomada de decisões importantes sem considerações acerca das consequências ao longo prazo, por exemplo, assumir um emprego sem informações adequadas. O TDAH começa na infância, e segundo o DSM-5 é classificado em leve, moderado e grave. A exigência de que vários sintomas estejam presentes antes dos 12 anos de idade exprime a importância de uma apresentação clínica substancial durante a infância. Ao mesmo tempo, a idade de início mais precoce não é especificada devido a dificuldades para se estabelecer retrospectivamente um início na infância. Manifestações do transtorno devem estar presentes em mais de um ambiente, por exemplo, em casa e na escola, no trabalho. A confirmação de sintomas substanciais em vários ambientes não costuma ser feita com precisão, sem uma consulta a informantes que tenham visto o indivíduo em tais ambientes. É comum os sintomas variarem conforme o contexto em um determinado ambiente. Sinais do transtorno podem ser mínimos ou ausentes, quando o indivíduo está recebendo recompensas frequentes por comportamento apropriado, está sob supervisão, está em uma situação nova, está envolvido em atividades especialmente interessantes, recebe estímulos externos consistentes, por exemplo, por meio de telas eletrônicas, ou está interagindo em situações individualizadas, por exemplo, em um consultório. Outras características associadas e que apoiam o diagnóstico são atrasos leves no desenvolvimento linguístico, motor ou social não são específicos do TDAH, embora costumem ser comórbidos. As características associadas podem incluir baixa tolerância à frustração, irritabilidade e labilidade do humor. Mesmo na ausência de um transtorno específico da aprendizagem, o desempenho acadêmico ou profissional costuma estar prejudicado. Comportamento desatento está associado a vários processos cognitivos subjacentes, e indivíduos

com TDAH podem exibir problemas cognitivos em testes de atenção, função executiva ou memória, embora esses testes não sejam suficientemente sensíveis ou específicos para servir como índices diagnósticos. No início da vida adulta, o TDAH está associado a risco aumentado de tentativa de suicídio, principalmente quando em comorbidade com transtornos do humor, da conduta ou por uso de substância. Não há marcador biológico que seja diagnóstico de TDAH. Como grupo, na comparação com pares, crianças com TDAH apresentam eletroencefalogramas com aumento de ondas lentas, volume encefálico total reduzido na ressonância magnética e, possivelmente, atraso na maturação cortical no sentido pósterio-anterior, embora esses achados não sejam diagnósticos. Nos raros casos em que há uma causa genética conhecida como Síndrome do X-frágil, Síndrome da deleção 22q11), a apresentação do TDAH ainda deve ser diagnosticada. Levantamentos populacionais sugerem que o TDAH ocorre na maioria das culturas, em cerca de 5% das crianças e 2,5% dos adultos. Durante o desenvolvimento, muitos pais observam pela primeira vez uma atividade motora excessiva, quando a criança começa a andar, mas é difícil distinguir os sintomas do comportamento normal, que é altamente variável, antes dos 4 anos de idade. O TDAH costuma ser identificado com mais frequência durante os anos do Ensino Fundamental com a desatenção ficando mais notória e prejudicial. O transtorno fica relativamente estável nos anos iniciais da adolescência, mas alguns indivíduos têm piora no curso, com o desenvolvimento de comportamentos antissociais. Na maioria das pessoas com TDAH, sintomas de hiperatividade motora ficam menos claros na adolescência e na vida adulta, embora persistam dificuldades com planejamento, inquietude, desatenção e impulsividade. Uma proporção substancial de crianças com TDAH permanece relativamente prejudicada até a vida adulta. Na pré-escola, a principal manifestação é a hiperatividade.

Araújo e Rodrigues (2023) mencionam que distúrbios do neurodesenvolvimento, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), têm causas genéticas e hereditárias. No entanto, o diagnóstico desses distúrbios é frequentemente realizado com base na análise comportamental do indivíduo, uma vez que não existem testes de laboratório específicos que possam diagnosticá-los de forma definitiva. Uma observação atenta e afetuosa dos professores é fundamental para identificar possíveis sinais de TDAH ou outros

distúrbios do neurodesenvolvimento em crianças na sala de aula. Os professores notam dificuldades de atenção, hiperatividade, dificuldades na interação social, padrões de comportamento repetitivos ou outros sinais que possam indicar a presença desses distúrbios.

Para Silva (2014), muitos de nós já ouvimos sobre crianças hiperativas e como elas se comportam. São muitas as queixas afirmando que elas não ficam quietas; que correm o tempo todo; que sobem nas coisas; que vivem como se estivessem ligadas na tomada; que são desastradas e desatentas; que vivem no “mundo da lua” e se dispersam ao mínimo estímulo. Por essas razões, manifestam problemas de aprendizagem e de relacionamentos, fazendo com que o ambiente educativo seja um território impróprio, o que gera incompreensão por parte dos professores, dos amigos e dos familiares. Constantemente são rotuladas, equivocadamente, de mal-educadas, indisciplinadas, preguiçosas e, no popular, “de burras, cabeça de vento”, “birutas, pestinhas”, entre outros termos.

Vale salientar que tal comportamento não acontece apenas com crianças, pelo contrário, alguns adultos também passam por essas situações e são chamados de bagunceiros e impacientes; enrolam-se com os assuntos e afazeres; têm muita energia e sempre estão à procura de algo atual e excitante; fazem várias atividades ao mesmo tempo e não as finalizam. Também demonstram instabilidade breve; agem com impulsividade; não ficam muito tempo em um emprego por esquecer compromissos significativos ou por falar o que lhes dá na cabeça; perdem coisas e têm muitos e inconstantes relacionamentos. Assim, quem apresenta esses tipos de comportamento, de acordo com a intensidade e frequência, tem traços do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). Ainda, segundo Silva, (2014), a desinformação sobre o assunto é um dos maiores obstáculos na vida das pessoas com essa condição e com as pessoas que com elas convivem. A informação é o ponto de partida no caminho auxiliador para ajudar as pessoas com TDAH na busca por seu desenvolvimento e pela felicidade. Não há dúvidas de que esse processo só será finalizado quando talentos e potencialidades forem conduzidos e orientados para alcançar a realização individual e social (SILVA, 2014).

Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um tema relevante no campo educacional e tem um impacto significativo no processo de aprendizagem na infância. Os pedagogos e futuros pedagogos desempenham um

papel primordial ao lidar com crianças que têm TDAH, pois podem ajudar a criar estratégias de ensino e ambientes de aprendizagem mais inclusivos e eficazes. De acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA), o TDAH tem como característica a combinação dos sintomas de desatenção, hiperatividade/impulsividade. Em relação ao Déficit de Atenção, as pessoas com TDAH têm dificuldades para manter a atenção em tarefas e atividades, o que pode levar a cometer erros por descuido, esquecer coisas cotidianas, perder objetos com frequência e ter dificuldades para seguir as instruções. Em contrapartida, sobre a Hiperatividade, os indivíduos com TDAH podem apresentar inquietação excessiva, como: mover-se constantemente, ficar sentado por um determinado período, ou brincar silenciosamente e falar excessivamente; além de algumas particularidades acentuadas, quais sejam: agitação das mãos ou pés; não conseguir ficar quieto; agitação em momentos que necessita de atenção; dificuldade de permanecer em silêncio; ou até mesmo, ficar o tempo todo em movimento; além de apresentar dificuldades no aprendizado; na comunicação e na socialização. Sobre a impulsividade, esta se manifesta por agir sem pensar, ter dificuldade em se revezar, interromper os outros e tomar decisões precipitadas. É fundamental destacar que o TDAH é um transtorno complexo e variado, pois as manifestações podem oscilar de uma pessoa para outra. Não existe uma única causa conhecida para o TDAH, mas se acredita que haja uma interação entre fatores genéticos, neurobiológicos e ambientais. O diagnóstico do TDAH é realizado mediante uma avaliação exaustiva, que envolve uma revisão da história médica e conduta do indivíduo, assim como a observação e a análise de seus sintomas. É importante que o diagnóstico seja realizado por profissionais capacitados, como psiquiatras ou psicólogos especializados em neurodesenvolvimento (ABDA 2017). Percebo em minha prática educativa que o TDAH na infância, em geral, está associado a dificuldades na escola e no relacionamento com as demais crianças, com pais e professores. As crianças são tidas como “avoadas”, “vivendo no mundo da lua” e geralmente “estabanadas” e com “bicho pelo corpo inteiro” ou “ligadas por um motor” (isto é, não param quietas por muito tempo). Segundo pesquisas, os meninos tendem a ter mais sintomas de hiperatividade e impulsividade que as meninas; mas a meu ver, ambos são desatentos. Crianças e adolescentes com TDAH podem apresentar mais problemas de comportamento, como por exemplo, dificuldades com regras e limites,

todavia, vale destacar que, com práticas direcionadas, essas dificuldades podem ser trabalhadas, obtendo-se resultados bem satisfatórios para a aprendizagem desses alunos.

A Associação Brasileira do Déficit de Atenção afirma que o acompanhamento do TDAH deve ser multimodal, ou seja, uma combinação de medicamentos, orientação aos pais e professores, além de técnicas específicas. Pode incluir, ainda, outras abordagens como: Terapia conductual (ensinar estratégias para melhorar a organização, o gerenciamento do tempo e as habilidades sociais); Medicação (em alguns casos, os médicos podem receitar estimulantes ou outros medicamentos para ajudar a reduzir os sintomas do TDAH, esses medicamentos podem melhorar a capacidade de atenção e reduzir a hiperatividade e impulsividade); Modificações no ambiente (pode-se implementar mudanças no ambiente do indivíduo, como adaptações educacionais, para melhorar seu funcionamento acadêmico e social); Apoio educacional (trabalho com professores preparados e um ambiente de aprendizado que se ajuste às necessidades do aluno. Logo, é necessário que os professores conheçam técnicas que auxiliem os alunos com TDAH a ter melhor desempenho, tanto na escola quanto no seu cotidiano, para conseguirem ter uma vida satisfatória e produtiva.

Na Educação Infantil, por ser a primeira fase do desenvolvimento social e educativo, esse apoio e acompanhamento são fundamentais para o desenvolvimento das aprendizagens no decorrer da vida da criança.

O TDAH é reconhecido oficialmente por diversos países e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção - ABDA, as ocorrências de casos de TDAH variam entre 5% e 8% na população mundial. Estima-se que 70% das crianças com o transtorno apresentam outra comorbidade, e pelo menos 10% apresentam três ou mais comorbidades. Em alguns países, como nos Estados Unidos, portadores de TDAH são protegidos pela lei quanto a receberem tratamento diferenciado na escola (ABDA 2017). No Brasil é reconhecido como uma deficiência e, como tal, indivíduos com TDAH podem ter direito a certos direitos e acomodações sob as leis de deficiência do país. A Lei Federal n.º 14.254/2021, sancionada em 30 de novembro de 2021, dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Dislexia e outros Transtornos de Aprendizagem. Em seu

artigo 1º afirma que: “O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro Transtorno de Aprendizagem”. No segundo artigo apresenta que “as escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com Dislexia, TDAH ou outro Transtorno de Aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com o auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental” e ainda estabelece em seu terceiro artigo “Educandos com Dislexia, TDAH ou outro Transtorno de Aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita ou instabilidade na atenção, que repercutem na aprendizagem, devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola, na qual estão matriculados, e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território”. Para completar, apresenta o artigo 5º que aduz: “No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos Transtornos de Aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos”.

Outra lei que olha em prol do TDAH é a Lei n.º 14.020, de 2020. Ela institui a Semana Nacional de Conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), a ser realizada no período que abrange o dia 1º de agosto de cada ano e tem por objetivo promover a conscientização sobre a importância do diagnóstico e tratamento precoces em indivíduos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) (Brasil, 2022). Verifica-se aqui, um amparo da legislação quanto ao suporte dado aos portadores de TDAH desde a Educação Básica. Por conta disso, é esperado que o Poder Público e as instituições estejam fazendo valer esses direitos, pois ainda se percebe um entrave em conseguir atendimento especializado e educação pautada nesses conceitos.

O aluno com TDAH exige mais atenção do seu professor, que deve ser qualificado e buscar métodos didáticos para auxiliar no tratamento e na aprendizagem daquele. No entanto, a maioria dos professores da atualidade não sabem lidar com a situação e acabam apenas confundindo os portadores com estudantes preguiçosos, indisciplinados e desinteressados. Para evitar isso, é mister que os docentes sejam informados sobre as características do TDAH e que ajudem a distinguir os alunos que apresentam esse Transtorno, a fim de buscar as melhores metodologias de ensino para os casos, e amparar a criança individualmente (SOARES, 2022).

Concorda-se com a autora quando menciona que identificar e apoiar alunos com TDAH é essencial para garantir que recebam a educação e o suporte de que precisam para prosperar no ambiente escolar. Metodologias que potencializam seu desenvolvimento e sua aprendizagem também são estratégias necessárias para atender às necessidades educacionais de estudantes com essa condição.

7.1 Estratégias Metodológicas potencializadoras da aprendizagem de alunos com TDAH

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico que afeta muitas crianças. Trabalhar com crianças com TDAH requer abordagens específicas que levem em consideração suas necessidades individuais, uma vez que estão no início de seu caminho escolar. Para tanto, utilizar métodos que envolvam diferentes sentidos (visão, audição, tato, movimento) são opções para ajudar o aluno a assimilar as informações de maneira mais eficiente. Isso pode incluir recursos visuais, jogos educacionais, música e atividades práticas.

Crianças com TDAH podem se beneficiar dessas abordagens específicas, uma vez que são levadas em consideração suas dificuldades e carências cognitivas, emocionais e comportamentais. É bom lembrar que cada criança é única, e o que funciona para uma, pode não funcionar para outra. É importante ser flexível e estar aberto para experimentar diferentes abordagens até encontrar o que funciona melhor para cada criança com TDAH. Além disso, a colaboração de profissionais da saúde mental, especializados em TDAH, como psicólogos e terapeutas ocupacionais, pode ser essencial para desenvolver tratamento e estratégias

eficazes. O apoio da família também é fundamental para o sucesso no manejo com essas crianças (ABDA, 2017).

A grande pergunta é: Como a escola pode acolher alunos com TDAH e fazer com que eles se desenvolvam considerando suas condições?

De acordo com Alves (2017),

[...] é de fundamental importância que questões relacionadas ao aluno com TDAH sejam compreendidas com maior exatidão para o atendimento de qualidade aos estudantes diagnosticados com esse transtorno nos espaços escolares. Nesta perspectiva, os docentes precisam ser respaldados, amparados na sua ação pedagógica com o intuito de fortalecer suas metodologias norteadas por um embasamento teórico, vislumbrando, conscientemente, novas práticas pedagógicas que auxiliem para a formação qualitativa e igualitária dos estudantes, dentro e fora do contexto escolar. (ALVES, 2017, p. 27).

Nesse sentido, percebe-se que o êxito escolar é influenciado por uma variedade de fatores. Existem várias abordagens e estratégias que os educadores e as instituições educacionais podem adotar para promover o sucesso dos alunos.

Sampaio (2012, s.p.) apresenta algumas estratégias para que o aluno com TDAH se sinta envolvido, melhore atenção e memória, e minimize as interrupções na sala de aula. Tais estratégias, inicialmente, adequam-se para serem realizadas na educação infantil, mas nada impede que sejam trabalhadas em outros segmentos do ensino fundamental. Destacamos, inicialmente, as estratégias que (SAMPAIO 2012,s.p.) nos traz, voltadas à educação infantil:

- Substituir aulas monótonas e cansativas por aulas mais estimulantes que prendam sua atenção (o professor deverá ter muito preparo e ser bastante flexível com seu planejamento, mas ter cuidado para que o hiperativo não se empolgue demais);
- Estes alunos adoram novidades, lance mão destes recursos não habituais para prender sua atenção. Peça ajuda ao professor de artes para trabalhar de forma interdisciplinar. Estas crianças são muito criativas e se identificam muito com tarefas como criar, construir, explorar. Os adultos hiperativos poderão ter mais sucesso em carreiras ligadas a designers, publicidade, artes plásticas;
- Coloque esta criança próxima a outras mais concentradas e calmas, assim ele não encontrará seguidores para sua agitação;

- Traga esta criança para perto de você, assim poderá ver se ela está conseguindo acompanhar seu ritmo, ou se você precisa desacelerar um pouco. Isto o ajudará também a dispersar-se menos;
 - As tarefas não poderão ser longas. Deverão ser fracionadas para que ele consiga concluir a tarefa e não pare pela metade, o que é muito comum. As tarefas maiores deverão ser divididas em partes para que ele perceba que elas podem ser terminadas;
 - Evite cores muito fortes na sala e na farda como amarelo e vermelho. Cores fortes tendem a deixá-los ainda mais agitados, excitados e menos atentos. Procure colocar tons mais neutros e suaves. Compare com o quarto de um bebê; agora pense: por que ninguém usa cores fortes nele? Estímulo demais não é bom para ninguém;
 - Elogie seu bom comportamento, incentive os colegas a elogiarem suas produções. Desta forma, a turma estará ajudando este aluno a elevar sua autoestima;
 - Uma agenda de comunicação entre pais e escola é muito importante. Isto evita que as conversas se deem apenas em reuniões;
 - As aulas de recreação e de Educação Física são um ótimo auxílio para estas crianças que parecem ter energia triplicada. A ginástica ajuda a liberar mais esta energia que parece ser inesgotável, ajuda na concentração por meio de exercícios específicos, ajuda a estimular hormônios e neurônios, a distinguir direita de esquerda - já que possuem problemas de lateralidade - que prejudicam muito sua aprendizagem;
 - Organize as carteiras em círculo, em forma de U, a fim de visualizar melhor toda a classe e seu movimento;
- Ainda segundo Sampaio, algumas estratégias poderão ser utilizadas inclusive nos demais segmentos:
- Coloque sempre no quadro as atividades do dia para que este aluno perceba que há regras pré-definidas e previamente organizadas, e que todos devem cumpri-las sem exceção de ninguém;
 - Permita que o aluno saia algumas vezes da sala para levar bilhetes, pegar objetos, ir em outra sala, ir ao banheiro. Estes alunos não gostam de ficar parados por muito tempo e, desta forma, estará evitando que ele fuja da sala por conta própria;
 - Peça que o aluno faça três riscos no quadro. Isto será o número de vezes que ele poderá sair. Cada vez que ele sair deverá apagar um risco no quadro. Isto funciona

como um limite e tende a dar certo porque a criança se controla mais antes de pensar em sair da sala.

Segundo a ABDA (2017), outras práticas que podem ajudar nas estratégias pedagógicas e otimizar o ensino dos alunos com TDAH, direcionados para a educação infantil, potencializando sua aprendizagem, incluem:

- Quando o professor der alguma instrução, pedir ao aluno para repetir as instruções ou compartilhar com um amigo antes de começar as tarefas;
- Quando o aluno desempenhar a tarefa solicitada, ofereça sempre um *feedback* positivo (reforço) mediante pequenos elogios e prêmios que podem ser: estrelinhas no caderno, palavras de apoio, um aceno de mão... Os *feedbacks* e os elogios devem acontecer sempre e, imediatamente, após o aluno conseguir um bom desempenho compatível com o seu tempo e com o seu processo de aprendizagem;
- Não criticar e apontar, em hipótese alguma, os erros cometidos como falha no desempenho. Alunos com TDAH precisam de suporte, de encorajamento, de parceria e de adaptações. Esses alunos devem ser respeitados. Isto é um direito! A atitude positiva do professor é fator decisivo para a melhora do aprendizado;
- Na medida do possível, oferecer para o aluno e toda a turma tarefas diferenciadas. Os trabalhos em grupo e a possibilidade de o aluno escolher as atividades das quais quer participar são elementos que despertam o interesse e a motivação. É preciso ter em vista que cada aluno aprende no seu tempo e que as estratégias devem respeitar a individualidade e especificidade de cada um;
- Optar por, sempre que possível, dar aulas com materiais audiovisuais, computadores, vídeos, e outros materiais diferenciados como revistas, jornais, livros, entre outros recursos pedagógicos. A diversidade de materiais pedagógicos aumenta consideravelmente o interesse do aluno nas aulas e, portanto, melhora a atenção sustentada;
- Adaptações ambientais na sala de aula: mudar as mesas e/ou cadeiras para evitar distrações. Não é indicado que alunos com TDAH sentem junto a portas, janelas e nas últimas fileiras da sala de aula. É indicado que esses alunos se sentem, de preferência, próximos do professor, para que os elementos que os distraem do ambiente não prejudiquem a atenção sustentada;

Também, como contribuição, a ABDA (2017), para outros segmentos de ensino, recomenda observar tempo e processamento das informações, indicando as estratégias a seguir:

- Usar mecanismos e/ou ferramentas para compensar as dificuldades memoriais: tabelas com datas sobre prazo de entrega dos trabalhos solicitados, usar *post its* para fazer lembretes e anotações para o aluno não esquecer o conteúdo;
- Etiquetar, iluminar, sublinhar e colorir as partes mais importantes de uma tarefa, texto ou prova.
- Usar sinais visuais e orais: o professor pode combinar previamente com o aluno pequenos sinais, cujo significado só o aluno e o professor compreendem. Exemplo: o professor combina com o aluno que todas as vezes que percebê-lo desatento durante as atividades, colocará levemente a mão sobre seu ombro para que ele possa retomar o foco das atividades;
- Usar organizadores gráficos para planejar e estruturar o trabalho escrito e facilitar a compreensão da tarefa;
- Permitir como respostas de aprendizado apresentações orais, trabalhos manuais e outras tarefas que desenvolvam a criatividade do aluno;
- Encorajar o uso de computadores, gravadores, vídeos, assim como outras tecnologias que possam ajudar no aprendizado, no foco e na motivação;
- Reduzir ao máximo o número de cópias escritas de textos. Permitir a digitação e impressão, caso seja mais produtivo para o aluno;
- Respeitar um tempo mínimo de intervalo entre as tarefas. Exemplo: propor um trabalho em dupla antes de uma discussão sobre o tema com a turma inteira;
- Permitir ao aluno dar uma resposta oral ou gravar, caso ele tenha alguma dificuldade para escrever;
- Respeitar o tempo que cada aluno precisa para concluir uma atividade. Dar tempo extra nas tarefas e nas provas para que ele possa terminar no seu próprio tempo;
- Utilizar a técnica de “aprendizagem ativa” (*high response strategies*): trabalhos em duplas, respostas orais, possibilidade de o aluno gravar as aulas e/ou trazer seus trabalhos gravados em pen drive ou nuvem para a escola;

Para favorecer a aprendizagem dos estudantes com TDAH, a ABDA (2017) recomenda ainda as seguintes técnicas de estudo:

- Dar as instruções de maneira clara e oferecer ferramentas para o aluno desenvolver hábitos de estudo. Incentivar o uso de agendas, calendários, *post its*, blocos de anotações, lembretes sonoros do celular e uso de outras ferramentas tecnológicas que o aluno considere adequado para a sua organização;
- Na medida do possível, supervisionar e ajudar o aluno a organizar os seus cadernos, mesa, armário ou arquivar papéis importantes;
- Orientar os pais e/ou o aluno para que os cadernos e os livros sejam “encapados” com papéis de cores diferentes. Exemplo: material de matemática – vermelho, material de português – azul, e assim sucessivamente. Este procedimento ajuda na organização e memorização dos materiais;
- Incentivar o uso de pastas plásticas para envio de papéis e apostilas para casa e retorno para a escola. Desta forma, todo o material impresso fica condensado no mesmo lugar, minimizando a sua eventual perda;
- Utilizar diariamente a agenda como canal de comunicação entre o professor e os pais. É extremamente importante que os pais façam observações diárias sobre o que observam no comportamento e no desempenho do filho em casa, assim como o professor poderá fazer o mesmo em relação às questões relacionadas à escola;
- Estruturar e apoiar a gestão do tempo nas tarefas que exigem desempenho em longo prazo. Exemplo: ao propor a realização de um trabalho de pesquisa que deverá ser entregue no prazo de 30 dias, dividir o trabalho em partes, estabelecer quais serão as etapas e monitorar se cada uma delas está sendo cumprida. Alunos com TDAH apresentam dificuldades em desempenhar tarefas a longo prazo;
- Ensine e dê exemplos frequentemente. Use folhas para tarefas diárias ou agendas. Ajude os pais, oriente-os como proceder e facilitar os problemas com deveres de casa. Alunos com TDAH não podem levar “toneladas” de trabalhos para fazer em casa com prazo de 24 horas.

Para a efetivação das Técnicas de aprendizado e habilidades metacognitivas, segundo a ABDA (2017), é importante considerar:

- Explicar de maneira clara e devagar quais técnicas de aprendizado estão sendo utilizadas. Exemplo: explicar e demonstrar, na prática, como usar as fontes,

materiais de referência, anotações, notícias de jornal, trechos de livro, entre outras ferramentas pedagógicas;

- Definir metas claras e possíveis para que o aluno faça sua autoavaliação nas tarefas e nos projetos. Este procedimento permite que o aluno faça uma reflexão sobre o seu aprendizado e desenvolva estratégias para lidar com o seu próprio modo de aprender;
- Usar organizador gráfico para ajudar no planejamento, na organização e na compreensão da leitura ou escrita.

Segundo a inibição e autocontrole a ABDA (2017) sugere:

- Buscar sempre ter uma postura proativa. Antecipar as possíveis dificuldades de aprendizado que possam surgir e estruturar as soluções. Identificar no ambiente de sala de aula quais são os piores elementos distratores (situações que provocam maior desatenção) na tentativa de manter o aluno o mais distante possível deles e, conseqüentemente, focado o maior tempo possível na tarefa em sala de aula;
- Utilizar técnicas auditivas e visuais para sinalizar transições ou mudanças de atividades. Exemplo: falar em voz alta e fazer sinais com as mãos para lembrar a mudança de uma atividade para outra, ou do seu término;
- Dar frequentemente *feedback* (reforço) positivo. Assinale os pontos positivos e negativos de forma clara, construtiva, respeitosa. Este monitoramento é importante para o aluno com TDAH, pois permite que ele desenvolva uma percepção do seu próprio desempenho, do seu potencial e de sua capacidade, e avance motivado em busca da sua própria superação;
- Permitir que o aluno se levante em alguns momentos, previamente combinados entre ele e o professor. Alunos com hiperatividade necessitam de alguma atividade motora em determinados intervalos de tempo. Exemplo: pedir que vá ao quadro (lousa) apagar o que está escrito, solicitar que vá até a coordenação buscar algum material, entre outras atividades. Ou, ainda, permitir que vá rapidamente ao banheiro ou ao corredor beber água. Este procedimento é extremamente útil para diminuir a atividade motora e, muitas vezes, necessário para crianças muito agitadas.

Registra-se que das estratégias elencadas neste trabalho, muitas se aplicam a crianças além da faixa etária da educação infantil. O propósito de registrá-las deu-se pela importância do conhecimento para atuar com crianças em qualquer etapa da educação básica.

Diante do exposto, constata-se que atitudes como: variar a rotina de ensino; incentivar a prática e repetição; passar uma instrução por vez; aplicar o reforço positivo; manter uma boa comunicação com a família; são ações importantes para que o aprendizado do aluno com TDAH seja integral. Alunos com TDAH são crianças muito inteligentes e têm muito potencial, desde que recebam a atenção necessária para se desenvolver. Seguindo essas dicas, é possível personalizar o ensino e ajudar os alunos a vencerem qualquer dificuldade. Além disso, é recomendável que os professores se informem sobre o TDAH e suas características para que possam identificar os sinais, fornecer apoio adequado de profissional especializado, quando necessário, como psicólogos ou pedagogos e utilizar metodologias para aprimorar a abordagem educacional, atender às necessidades do aluno e colaborar com os pais para criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo (ABDA, 2017).

Ressalta-se que embora o diagnóstico de TDAH, preferencialmente seja dado entre 6 ou 7 anos, a questão não inviabiliza ter um olhar diferenciado para as crianças que apresentam essas características na educação infantil. A intencionalidade foi estudar essa demanda da educação infantil porque nesse segmento é possível considerar esses sinais para que o aluno tenha uma intervenção precoce, porque quanto mais cedo se começa a adotar as estratégias adequadas, melhor para favorecer o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Para completar, Sampaio (2012, s.p.) nos chama atenção para uma observação interessante: aumentar a conscientização e o conhecimento sobre o TDAH, especialmente no ambiente escolar e entre os pais é fundamental, pois ainda há pouco entendimento sobre o assunto. Assim, “muitos indivíduos que sofrem deste problema podem passar a vida toda sendo acusados injustamente de mal-educados, preguiçosos, desastrados, desequilibrados, justamente porque não foram diagnosticados e tratados a tempo”.

Outro aspecto a ser considerado quando se pensa em criar estratégias para potencializar o desenvolvimento das crianças com TDAH é a questão da afetividade. A afetividade pode ser trabalhada através de atividades, pois desempenha um papel fundamental nas relações entre professores e alunos com TDAH, bem como em qualquer ambiente educacional. O desenvolvimento da aprendizagem está

intrinsecamente ligado ao ambiente emocional em que ocorre, e isso é especialmente importante para crianças e jovens com necessidades especiais.

Nesse contexto, Henri Wallon (2005) contribuiu significativamente para o campo de desenvolvimento da Psicologia. Sua perspectiva sobre o desenvolvimento infantil é conhecida por focar na interação entre fatores genéticos e ambientais no processo de crescimento e de amadurecimento das crianças. De acordo com Wallon, o desenvolvimento humano ocorre como resultado da interação dinâmica entre predisposições genéticas e influências ambientais. Ele acreditava que as características genéticas inatas de uma criança fornecem uma base, mas a verdadeira compreensão do desenvolvimento só pode ser alcançada ao levar em consideração o ambiente em que uma criança vive, incluindo fatores culturais, sociais e históricos. Wallon (2005) também destacou a importância das emoções e das relações sociais no desenvolvimento humano. A visão de Henri Wallon sobre o desenvolvimento infantil sugere que o processo de crescimento e aprendizado de uma criança é moldado pela interação entre suas predisposições genéticas e as condições de existência em seu ambiente cotidiano, as quais são específicas da sociedade, da cultura e da época em que ela vive. Essa perspectiva holística enfatiza o interesse de considerar, tanto os aspectos biológicos quanto os ambientais, no estudo do desenvolvimento humano. A teoria de Wallon apresenta que tal desenvolvimento se concentra na compreensão do indivíduo em sua totalidade, haja vista os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores.

O referido autor se interessou profundamente pela área da Educação, pois a via como um instrumento fundamental na construção do conhecimento, na promoção da atividade motora e na formação da afetividade das crianças. Nesse cenário, pensar a criança de acordo com sua teoria, inclui compreendê-la na sua situação sociocultural, biológica, agregada às funções de afetividade, inteligência e ato motor. (NOGUEIRA; LEAL 2015).

Observando a teoria de Wallon é possível perceber que ela fornece estrutura e fundamento que facilitam a compreensão do desenvolvimento humano de forma holística, tendo em vista não apenas os aspectos cognitivos, mas também os emocionais, sociais e motores. O autor destaca a importância da Educação como um instrumento para promover o desenvolvimento integral das crianças influenciando profundamente a pedagogia e a prática educacional. Sua teoria sugere

ainda que a afetividade, a motricidade e a cognição estão intimamente interligadas e se influenciam mutuamente, durante o processo de aprendizagem e de desenvolvimento, favorecendo o educando a considerar suas necessidades e características individuais. O estudo de Wallon reforça ainda a possibilidade de trabalhar a afetividade como forma de atingir resultados positivos, dentro de um trabalho organizado e direcionado com todos os alunos, seja com algum tipo de deficiência ou não (NOGUEIRA; LEAL 2015).

Atualmente, por diferentes fatores, o papel do educador é visto, na sala de aula, como desafiador, e se configura mais complexo quando os educadores têm que lidar com alunos com TDAH, pois estes tendem a causar uma desarmonia no ambiente escolar que, por vezes, faz com que os professores se sintam frustrados por não conseguirem concluir suas atividades no tempo proposto, da mesma forma que surge o preconceito por parte dos demais alunos. Então, a partir da visão do professor sobre cada criança, este pode adotar aos educandos com TDAH, aulas que utilizem estímulos audiovisuais, computadores e livros coloridos, além de incentivar outras práticas. Contudo, a implementação eficaz dessas estratégias depende de uma série de elementos essenciais, e saber: adaptar o currículo escolar, reformular o Projeto Político-Pedagógico, promover formação continuada dos professores, ter estrutura física adequada, assim como material didático atualizado, recursos tecnológicos, recursos humanos qualificados e, estar em conformidade com a legislação educacional (ARAÚJO e RODRIGUES, 2023). Por conseguinte, levando-se em conta todos esses fatores, as instituições de ensino estarão em uma posição mais favorável para adotar e sustentar práticas educacionais inovadoras e potenciadoras, promovendo assim um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e eficaz. Outra condição fundamental para que esse trabalho se estabeleça é a real vocação, a boa vontade e disposição dos educadores no trato com esses alunos. Faço aqui uma observação pessoal sobre a afetividade. Trabalho com crianças que apresentam características de TDAH, algumas com laudos outras não, mas percebo que esse trato afetivo ajuda muito no meu olhar para com essas crianças, pois a resposta que tenho delas é reflexo do seu comportamento e do seu aprendizado. A paciência e o amor são ingredientes indispensáveis para conduzir as aulas e auxiliar essas crianças em seu caminhar educacional e pessoal.

Segundo Vitoriano (2022), de acordo com alguns estudos, sabe-se que a contribuição da brincadeira no ambiente escolar é de suma importância para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, em especial as que apresentam TDAH, já que estas necessitam de um trabalho diferenciado em sala de aula.

Portanto, compete ao educador usar metodologias propícias para estas crianças, trabalhando atividades lúdicas que sejam interessantes e que as ajudem a desenvolver o seu conhecimento, até porque, quem tem TDAH pode apresentar desafios específicos no processo de aprendizagem, como dificuldades de concentração e impulsividade, e o uso de abordagens lúdicas ajuda a superar essas barreiras.

De acordo com Vitoriano (2022),

O lúdico na aprendizagem das crianças, da educação infantil, com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade pode ser de suma importância para a aprendizagem, bem como servir de estímulo para desenvolver o gosto pela aprendizagem. Tendo o professor o conhecimento da criança, pode perceber as suas limitações e criar estratégias que ajudem a amenizar essas dificuldades. Assim cabe à escola promover um ensino de qualidade, independentemente de suas dificuldades, procurando juntamente com os educadores instituir estratégias que auxiliem na compreensão dos conteúdos. (VITORIANO, 2022, p. 1).

A autora afirma ainda que o lúdico vem para proporcionar um estímulo a mais na aprendizagem dessas crianças, apresentando-se como instrumento efetivo ao cotidiano infantil e deve se fazer presente em ambientes e situações variadas de aprendizado, possibilitando simultaneamente aquisição e desenvolvimento de competências necessárias ao movimento de ensino-aprendizagem. Os brinquedos e os jogos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento infantil, pois oferecem às crianças oportunidades valiosas e inovadoras para aprender e crescer de forma lúdica e divertida enquanto se divertem. Ao brincar, as crianças têm a chance de explorar o mundo ao seu redor, de maneira prática e experimental, vivenciar novas ideias e desafiar suas habilidades de diversas maneiras. Os brinquedos e jogos podem ser usados, estrategicamente, trazendo benefícios, já que estimulam: a curiosidade natural, pela qual podem investigar, experimentar e fazer perguntas sobre o mundo; a autoconfiança ao dominar novas habilidades e resolver desafios durante o jogo; a autonomia, pois brincar permite que as crianças tomem decisões por si mesmas, escolham como querem explorar um brinquedo ou um jogo;

o desenvolvimento da oralidade, já que muitos jogos e brinquedos envolvem comunicação verbal; o pensamento lógico, que por intermédio de jogos de quebra-cabeça, jogos de tabuleiro e brinquedos que englobam raciocínio lógico ajudam as crianças a desenvolver suas habilidades cognitivas, como a capacidade de resolver problemas e pensar de forma lógica; a concentração e a atenção, porquanto muitos jogos exigem foco e concentração para serem jogados com sucesso.

Assim sendo, é prerrogativa do educador estimular constantemente a atenção do aluno com TDAH, para que este não se disperse com outro estímulo do ambiente, possibilitando assim, que fixe sua atenção em um único brinquedo ou brincadeira por um tempo suficiente, tendo uma melhor interação com aquele objeto e com seus colegas. Em relação às crianças com TDAH, os jogos trazem muitos benefícios, e um deles é a autodisciplina. Isso ajuda as crianças a praticar e melhorar essa e outras habilidades; trabalhar aspectos comportamentais, além de desenvolver habilidades positivas. Brinquedos e jogos também podem ajudar a lidar com aspectos solicitados do comportamento infantil, como desatenção, inquietação e impulsividade. Jogos de regras, por exemplo, ensinam as crianças a seguir instruções e controlar impulsos (VITORIANO, 2022).

“As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e de moralidade” (VYGOTSKY, 1998, p.131).

Atividades lúdicas devem fazer parte do recurso metodológico pois são de grande importância para auxiliar a aprendizagem das crianças da Educação Infantil, principalmente aquelas que apresentam TDAH. Os jogos ensinam os conteúdos por meio de regras, pois possibilita a exploração do ambiente à sua volta, os jogos proporcionam aprendizagem de maneira prazerosa e significativa, e agregam conhecimentos.

Dando continuidade ao trabalho, tomo a liberdade de relatar aqui a minha vivência: Trabalho em uma unidade educativa privada, pertencente à Rede Jesuíta de Educação (RJE), organizada a partir dos órgãos reguladores e na aprendizagem que acontece na intencionalidade do desenvolvimento integral dos alunos e que comunga com a perspectiva da educação inclusiva, oferecendo um ambiente que valoriza a diversidade e segue os preceitos de Santo Inácio de Loyola de “amar e

servir”. Nesse contexto, identifico-me com o ambiente onde trabalho e com sua filosofia, pois percebo e sinto que é o que procuro e desejo, ajudar meus alunos na condução de uma formação integral. Atuo no turno Integral, também conhecido como contraturno, com alunos de faixas etárias diversificadas, que vão da Educação Infantil ao 5º ano. Entre os alunos que estão sob minha responsabilidade, percebo alguns com algumas dificuldades. Problemas comportamentais que atrapalham o andamento da aula, dificuldades de manter a atenção e a concentração, além de atitudes impulsivas que, conseqüentemente, fazem com que a aprendizagem fique comprometida. Inicialmente foi difícil fazer algum diagnóstico pessoal pois não tinha informação suficiente para tal, e os alunos não tinham laudos. Como a situação era persistente, fui buscar conhecimento para trabalhar com os alunos que apresentavam essas características. Com auxílio de colegas de trabalho, profissionais da minha comunidade educativa, (professores, coordenadores, supervisores e psicopedagogos), que também tinham e atendiam alunos com o mesmo padrão de comportamento e dificuldades, descobri que tais traços sugerem Déficit de Atenção e Hiperatividade, também conhecido como TDAH. A partir dessa descoberta, fui buscar estratégias para utilizar na condução do processo de aprendizagem desses alunos. O primeiro desafio foi lidar com a percepção de que eu precisaria de muita paciência, empatia e afetividade para desenvolver as atividades diferenciadas, já que estava com vários alunos e nem todos tinham as mesmas características. Fui introduzindo, aos poucos, as estratégias descobertas para testar o que funcionava e o que não funcionava. Comecei utilizando alguns jogos e brincadeiras para trabalhar a questão das regras, fazendo com que o aluno esperasse sua vez e respeitasse a vez do outro. Outra abordagem foi transmitir um comando de cada vez. Realizar uma atividade ou apresentar uma informação separadamente, porque eles não conseguiram assimilar quando muitas ideias eram passadas simultaneamente. Enquanto realizava uma atividade, colocava o aluno com TDAH em outra atividade para que ele não prejudicasse o andamento na sala de aula. Trabalhar atividades escritas de forma clara e sem poluição visual para não confundir ou distrair o aluno. Essas estratégias foram sendo realizadas gradativamente para não gerar ansiedade, frustração ou desconcentração e, com isso, gerar um foco. Percebi que dá trabalho realizar esses planejamentos, e que é “um trabalho de formiguinha”, mas que dá um retorno gratificante.. Fico muito feliz e

realizada por conseguir ajudar meus alunos na condição de TDAH, mesmo que seja de pouco em pouco. Sei que ainda tenho muito a aprender para aperfeiçoar minhas metodologias e contribuir significativamente para o desenvolvimento dos meus alunos com TDAH, mas percebi que as estratégias que estou utilizando dão resultados favoráveis no processo de aprendizagem, e essa é a intenção.

8 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi utilizado método de pesquisa de estudo que envolve uma revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa, além de artigos, livros e monografias sobre o assunto.

A revisão bibliográfica é uma etapa fundamental em muitos estudos acadêmicos e de pesquisa, pois abarca coleta, análise e síntese de informações, além de trabalhos relacionados ao tema de estudo. Para a realização da revisão bibliográfica, recorreu-se a diversos materiais e recursos virtuais como: banco de dados acadêmicos (Google acadêmico), que permitem encontrar artigos acadêmicos, teses, monografias e recursos relacionados ao tema proposto; bibliotecas virtuais, que contêm uma grande quantidade de obras literárias, nas quais muitas universidades e instituições de pesquisa oferecem acesso. Também foram pesquisados dados em livros físicos, pois apesar de ser encontrado muito material virtual, a leitura de um livro tem seu significado especial.

A pesquisa qualitativa pode ser entendida como aquela que produz achados não provenientes de quaisquer procedimentos ou formas de quantificação. Por meio desta modalidade de pesquisa é possível compreender sobre o universo simbólico e particular das experiências, dos comportamentos, das emoções e dos sentimentos vividos, ou ainda, compreender sobre o funcionamento organizacional, os movimentos sociais, os fenômenos culturais e as interações entre as pessoas, seus grupos sociais e as instituições (MEDEIROS, 2012).

Comungando com o autor, pode-se dizer que a abordagem qualitativa envolve coleta e análise de dados não quantitativos, muitas vezes realçando aspectos subjetivos, como opiniões, experiências e significados. Isso contrasta com uma abordagem quantitativa, que se concentra em números e estatísticas. Uma análise qualitativa envolve a interpretação e a organização dos dados encontrados para

identificar padrões, tendências e *insights* relacionados ao tópico de pesquisa. Contudo, a revisão bibliográfica precisa de uma análise crítica da literatura existente sobre o tema de interesse e de uma síntese e interpretação das informações obtidas nessas fontes, acadêmicas ou não, para que se possa chegar ao objetivo que este trabalho propõe.

A intenção da construção deste trabalho iniciou pela vontade de aprender sobre a temática para ajudar crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na sua trajetória de aprendizagem, uma vez que elas encontram muitas dificuldades nesse processo, por conta dos sintomas do TDAH que as afetam. O cerne do estudo foi trazer, no contexto de Educação Inclusiva com crianças da Educação Infantil, metodologias que potencializam seu aprendizado, contribuindo para que se desenvolvam de maneira igualitária. Os benefícios dessas estratégias não beneficiam somente as crianças com TDAH mas sim todas as crianças.

9 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Coletar dados relevantes e ter por base uma fundamentação teórica sólida é fundamental para qualquer pesquisa ou trabalho acadêmico. Além disso, responder aos questionamentos levantados mostra que foram abordados assuntos de maneira relevante.

Com o intuito de verificar no contexto da Educação Inclusiva as estratégias metodológicas potenciadoras da aprendizagem de crianças com Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), na Educação Infantil, foram desenvolvidas algumas perguntas, quais sejam:

1 – Quais metodologias seriam eficazes para fortalecer as habilidades de aprendizado dos alunos com TDAH para amenizar o impacto no desempenho escolar? Respondendo a este primeiro questionamento, constatou-se que atividades com recursos lúdicos, a afetividade e as estratégias metodológicas contribuem para a melhoria do desempenho dos alunos nessa condição.

2 – Em que fontes de pesquisa seria feita a busca por dados que respondessem ao questionamento inicial e embasassem a pesquisa dando-lhe credibilidade? A coleta de dados significativos e a fundamentação teórica são pilares essenciais para a qualidade e a relevância de qualquer pesquisa ou trabalho acadêmico. Esses eixos não apenas fortalecem a revisão do trabalho como permitem que as perguntas sejam respondidas de forma eficaz, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento em sua área de estudo. Para responder essa questão, verificou-se a importância de buscar dados em fontes confiáveis e com credibilidade, sendo elas: artigos científicos, livros, bibliotecas virtuais entre outros periódicos.

3 – Quais são os direitos e o olhar da legislação, do Poder Público e das instituições sobre essa realidade e o que é feito para assegurar os direitos das pessoas com TDAH? Para responder a esse questionamento é relevante afirmar que muitas conquistas foram alcançadas a fim de priorizar o direito às pessoas com TDAH ou com algum outro tipo de deficiência ou de necessidade especial, no cenário nacional e internacional. Entretanto, o Governo e as instituições ainda precisam trabalhar para garantir que todas as leis e os direitos sejam cumpridos integralmente.

4 - O tema e as informações levantadas são relevantes? O tema abordado e os fatos colhidos são relevantes sim, pois o assunto tratado afeta muitas pessoas em todo o mundo, e as estratégias a serem trabalhadas com essas pessoas podem ajudá-las a se desenvolver e minimizar os impactos que o TDAH causa em suas vidas.

5 - Quais são essas estratégias? O lúdico e a afetividade não são estratégias, mas sim ferramentas que auxiliam no momento de utilizá-las. As estratégias em si, para serem realizadas, dizem respeito à necessidade do professor e dos demais envolvidos terem conhecimento sobre o TDAH e o entendimento sobre modificações que devem ser feitas no ambiente em que os portadores de TDAH estão inseridos, e na forma de introduzir e desenvolver o aprendizado.

6 - E, por fim, os questionamentos foram respondidos? Com certeza, as perguntas que surgiram na elaboração dessa pesquisa foram respondidas no decorrer da sua construção. Foi muito prazeroso realizar um trabalho que objetiva auxiliar crianças que apresentam TDAH - transtorno que cria barreiras dificultando o processo de aprendizagem inicial.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, verificou-se que os resultados obtidos foram satisfatórios e responderam ao objetivo inicial. Para alcançar esse propósito, buscou-se coletar dados relevantes para a composição e o embasamento teórico, além de trazer respostas aos questionamentos levantados.

A intencionalidade foi pesquisar sobre metodologias, que podem ser eficazes no contexto da Educação Inclusiva, especificamente na Educação Infantil, para serem trabalhadas com crianças que enfrentam o desafio do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e assegurar um ambiente educacional que seja acessível a todos os alunos, independentemente de suas características individuais. Saliencia-se que essas estratégias são direcionadas para auxiliar no processo de aprendizagem dessas crianças, promover seu desenvolvimento e garantir a igualdade de oportunidades no relacionamento com os demais estudantes e com a sociedade.

A literatura conta com um suporte de leis e de mecanismos governamentais, nacionais e internacionais, com avanços significativos, a fim de promover garantia de direitos, justiça e respeito à diversidade no cenário da Educação Inclusiva contemplando o público com TDAH. Dentro dos métodos pesquisados, para fortalecer o aprendizado das crianças com TDAH, foram elencadas a afetividade, o lúdico e as estratégias que potencializam o processo de ensino-aprendizagem. Como dito anteriormente, é importante ser flexível e estar aberto para experimentar diferentes abordagens até encontrar a que funciona melhor para cada criança com TDAH. A afetividade e o lúdico, mencionados neste trabalho, são abordagens que

funcionam como ferramentas que auxiliam nesse processo. Dentro das estratégias, segundo Sampaio (2012), para que o aluno se sinta envolvido e minimize as interrupções na sala de aula é interessante: criar aulas estimulantes; trazer novidades sempre que possível; organizar as carteiras em formato de U ou círculo; colocar a criança com TDAH próxima às mais concentradas; permitir que o aluno saia algumas vezes da sala para realizar algumas tarefas; elogiar seu bom comportamento; ter comunicação frequente com os pais, entre outras, são maneiras de melhorar o processo de aprendizagem.

Todas as abordagens trazem potencial comprovado na promoção da melhoria do desenvolvimento e da aprendizagem dessas crianças. Cada uma tem suas particularidades e eficácias, mas todas produzem resultados positivos no ambiente educativo, mesmo que por vezes em menor escala.

Portanto, conclui-se que as metodologias apresentadas neste trabalho potencializam a aprendizagem das crianças com TDAH e se mostram eficientes para o desenvolvimento desse público. Com isso, considera-se cumprido o objetivo desse estudo e espera-se que esta pesquisa contribua, de forma significativa, para o favorecimento da aprendizagem de estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade –TDAH.

REFERÊNCIAS

ABDA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO **Relação de Projetos e Leis sobre TDAH no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://tdah.org.br/relacao-de-leis-e-projetos-sobre-tdah-no-brasil/>. Acesso em: 27 de ago.2023.

ALVES, B. M. **Estudo de caso sobre uma criança com TDAH: Tecendo olhares sobre o percurso escolar**. 2017. Monografia (Pedagogia). Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5 Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2023.

ARANHA, Maria Salete Fábio. E24e. **Educação inclusiva**: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>> Acesso em: 25 de ago.2023.

ARAÚJO, A. F. S.; RODRIGUES, A. D. P. A importância da afetividade na relação entre professores e alunos com TDAH e TEA na rede de ensino regular de escola particular. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.9. n.05. mai. 2023. Disponível em: <[file:///C:/Users/Acer/Downloads/\[34\]-A+IMPORT%C3%82NCIA+DA+AFETIVIDADE+NA+RELA%C3%87%C3%83O+ENTRE+PROFESSORES+E+ALUNOS+COM+TDAH+E+TEA+NA+REDE+DE+ENSINO+REGULAR+DE+ESCOLA+PARTICULAR%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/[34]-A+IMPORT%C3%82NCIA+DA+AFETIVIDADE+NA+RELA%C3%87%C3%83O+ENTRE+PROFESSORES+E+ALUNOS+COM+TDAH+E+TEA+NA+REDE+DE+ENSINO+REGULAR+DE+ESCOLA+PARTICULAR%20(2).pdf)>. Acesso em: 20 de set. 2023.

BARLEY R. A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade**. São Paulo: Artmed, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2017.

Disponível em:

<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 05 de set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf> Acesso em: 25 de ago. 2023.

BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Lei n.º 14.254, de 30 de novembro de 2021**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/lei/L14254.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.254%2C%20DE%2030,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem. Acesso em: 11 de set. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA** 8069/1990.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 de out. 2023.

BRASIL. **PL n.º 2.630/2021. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)**.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/844572-projeto-equipara-transtorno-do-deficit-de-atencao-a-deficiencia-para-efeitos-legais/> Acesso em: 10 de out. 2023.

BRASIL. Lei n.º 14.420, de 20 de julho de 2020. Brasília. 2020.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14420.htm>. Acesso em: 10 de out. 2023.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Educação Inclusiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CAVALCANTE, M. As leis sobre diversidade. **Nova escola**. São Paulo, out. 2006. Disponível em: <<http://novaescola.org.br/formacao/leis-diversidade-424523.shtml>> Acesso em: 28 de ago. 2023.

Estatuto da Pessoa com Deficiência. – 3. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 50 p. Disponível em:<
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em: 11 de set. 2023.

FLORIANI, M. A. B. **Educação Inclusiva.** Indaial; Uniasselvi, 2017.

GADEA, Carlos A. Trata-se do Capítulo I da pesquisa ‘Cultural Studies in Latin America and Brazil. Reflections regarding politics and cultural populism’. Texto produzido em estágio de pesquisa no Instituto de Romanística da Universidade de Leipzig, Alemanha, como Research Stays for University Academics and Scientists – DAAD, Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (dez. 2021-fev.2022).

GADELHA, H.S. CASTRO FILHO, H.M.; ALMEIDA, RS de.; MACIEL, JCF.; MEDEIROS, RF de.; SANTOS, SA dos.; MAIA, AG.; MARQUES, AT. Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência: mudanças no Código Civil e conquistas sociais. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 2, pág. e 35011225444, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25444. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25444>. Acesso em: 10 de out. 2023.

LIMA, M. da S.; ALENCAR, A. P. C. de; LIMA, N. D. P.; MEDEIROS, T. C.; ROCHA, G. S. S. PRÁTICA PEDAGÓGICA E OS DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR DA PESSOA COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): uma revisão integrativa. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 3–20, 2019. DOI: 10.36311/2358-8845. 2019. v.6 n.1.02.p.3. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8895>. Acesso em: 8 de out. 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MEDEIROS, M. **Pesquisas de Abordagem Qualitativa**. Revista Eletrônica de Enfermagem. Brasil 2012. Disponível em:<
<http://www.fen.ufg.br/revista/v14/n2/v14n2a01.htm>. Acesso em: 10 de out. 2023.

MELO, Valéria Miguel da Cruz. **A importância do lúdico para crianças com Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na educação infantil**. v.70. p. 9-10, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2409>. Acesso em: 26 de ago. 2023.

MOREIRA, C. **Marcos históricos e legais da Educação Especial no Brasil**. 2013. Disponível em:
<<http://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>>. Acesso em: 09 de out. 2023.

NOGUEIRA, M. O. G.; LEAL, D. **Teorias da aprendizagem**: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. (Série Construção Histórica da Educação).

PROJETO EDUCATIVO COMUM. **Projeto Educativo Comum da Rede Jesuíta de Educação Básica 2021-2025**. Editora Loyola. São Paulo. Rede Jesuíta de Educação, 2021.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - **Colégio Catarinense**. Rede Jesuíta de Educação, 2022.

SAMPAIO, S. **Distúrbios e Transtornos**. 2012. Disponível em:<
<https://pedagogiaaopedaletra.com/disturbios-e-transtornos>. Acesso em: 12 de set. 2023.

SEKKEL, M. C. **A construção de um ambiente inclusivo na educação infantil**: relato e reflexão sobre uma experiência. São Paulo. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível

em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-09122013-082848/pt-br.php>. Acesso em: 10 de out. 2023.

SILVA, ANA B. B. **Mentes Inquietas**: TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade/ 4. ed.- São Paulo: Globo, 2014. 304 pp.

SOARES, L. M. R. **A Inclusão de Crianças com TDAH na educação Infantil**. Instituto Federal Goiano, 2022.

Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3009>. Acesso em: 10 de out. 2023.

VITORIANO, M. **O lúdico como instrumento significativo na qualidade do ensino de crianças da educação infantil com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade**. Universidade Estadual de Maringá - UEM. REBESDE – v. 3, n. 1, 2022: e-013. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1cA1Qq2bO2FA4tIYB-Qb0fk0UPlaqmSjoo7Dm_dgbMwGc/edit>. Acesso em: 18 set. 2023.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: 6 ed. Martins Fontes, 1998. Disponível em: <<https://www.studocu.com/pt-br/document/instituto-federal-catarinense/lingua-portuguesa-e-literatura/vygotsky-l-a-a-formacao-social-da-mente-original/33106361>>. Acesso em: 20 de set. 2023.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5567566/mod_resource/content/1/Wallon_Cap1%20e%202.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2023.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

Disponível em: <

<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/> . Acesso em: 18 de ago. 2023.

Disponível em:

<<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/08/educacao-ja-2022-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2023.